

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

Em torno do conceito de *alfabetização*

Trabalho de projecto apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do Grau de Licenciatura em Linguística na Universidade Eduardo Mondlane

LT-43

Mussagy Abdul Latifo

1996

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

Em torno do conceito de *alfabetização*

**Trabalho de projecto apresentado em cumprimento parcial
dos requisitos exigidos para a obtenção do Grau de
Licenciatura em Linguística na Universidade Eduardo
Mondlane**

37.014.22
L356t 06
F. LETRAS U. E. M.
R. E. 26 160
DATA 8 Maio 1998
AQUISIÇÃO 700.46
COTA 1.12743

Mussagy Abdul Latifo

**Maputo
1996**

AGRADECIMENTOS

À Nancy e à Luiza por terem sabido esperar.

Aos meus Professores ao longo do curso , que sem eles este trabalho não existiria.

Ao Professor Doutor Armando Jorge, meu supervisor, pelas sugestões; pelo apoio, sobretudo nos momentos cruciais do trabalho; pela paciência e compreensão inestimáveis.

Aos meus colegas do curso pelo estímulo para não retroceder; pelos momentos que juntos passámos.

À D. Maria Teresa Veloso pela colaboração; pelo apoio na bibliografia.

Aos meus pais e irmãos pelo encorajamento e pela compreensão.

À Suminha por me ter permitido “invadir” a sua casa para ‘digitar’ o trabalho.

Ao Amílcar pelo apoio nos meandros da Informática.

Aos funcionários da Faculdade de Letras.

Àqueles que não foram mencionados mas que contribuíram, sem o saber , para a materialização deste trabalho.

Resumo

Neste trabalho abordamos a problemática em torno do conceito da alfabetização. Analisaremos o conceito da alfabetização numa perspectiva histórica, a partir da sua aceção tradicional.

Falaremos das transformações/"adaptações" que o conceito foi sofrendo ao longo dos tempos e das implicações que tais modificações criaram não só em relação ao seu significado mas em relação a perspectiva com que se passou a "gerir" o conceito da alfabetização.

O trabalho compreende a seguinte estrutura:

- a **introdução** com os objectivos;
- uma parte intitulada "**o conceito da alfabetização**" em que trataremos da problemática da alfabetização desde os tempos de Platão até aos tempos mais recentes de Freire;
- no título seguinte, "**Discurso e alfabetização**", abordaremos o conceito da alfabetização sob outros pontos de vista: (a) segundo Gee; (b) Blaug e (c) Hirsh;
- a seguir colocaremos questões relacionadas com os conceitos de **alfabetização funcional** e de **alfabetização crítica**;
- antes da conclusão, abordaremos a relação entre **a alfabetização e desenvolvimento** e algumas questões relacionadas com a alfabetização em Moçambique.

Índice

	Pág.
DECLARAÇÃO	i
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ÍNDICE	v
INTRODUÇÃO	1
O CONCEITO DA ALFABETIZAÇÃO	1
DISCURSO E ALFABETIZAÇÃO	10
ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL E ALFABETIZAÇÃO CRÍTICA	15
ALFABETIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	17
CONCLUSÃO	23
BIBLIOGRAFIA	25

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem em vista descrever e analisar algumas questões que se colocam em torno do conceito de alfabetização e algumas implicações derivadas do uso do conceito, ao longo dos tempos.

É nosso objectivo mostrar também até que ponto, muitas vezes, é difícil "gerir" o conceito de alfabetização, não só pelas características que apresenta, mas fundamentalmente pelos valores sociais, políticos, económicos e culturais de que é portador.

Falaremos, ao longo do trabalho, da história da alfabetização, desde os tempos de Platão, considerado como defensor pioneiro das "aulas abertas", até aos tempos mais recentes de Freire que, radicalmente, revolucionou, não só o conceito mas todo o processo de gestão da alfabetização. Discutiremos também a problemática *alfabetização / discurso* e *alfabetização / desenvolvimento*. Finalmente, referir-nos-emos a aspectos da experiência moçambicana em particular no que diz respeito aos contornos do conceito de alfabetização, tema do presente ensaio.

O CONCEITO DA ALFABETIZAÇÃO

Alfabetização é um termo socialmente contestado. Pode ser usado com variadíssimos significados. Cada uso (escolha / opção de utilização) pressupõe uma postura ideológica e tem importantes consequências sociais e morais.

O sentido comum da palavra *ALFABETIZAÇÃO* (que é capacidade de saber ler e escrever) aparenta ser "inocente" e óbvio, mas não o é, na realidade.

2

Alfabetização como habilidade para ler e escrever situa-se mais no plano individual (pessoal) do que no plano da sociedade à qual o indivíduo pertence. Alfabetização pode comparar-se à relação existente entre os actos de leitura, escrita e linguagem, por um lado, e ao poder do trabalho e ambição na vida social, por outro.

Muitas propostas foram sendo apresentadas ao longo dos tempos para explicar e justificar o "alcance" do conceito de alfabetização.

A história da alfabetização obriga-nos a rejeitar a concepção tradicionalista que lhe é atribuída e conduz-nos a uma visão mais social e culturalmente situada.

Ao longo do presente ensaio mostraremos que qualquer acepção que se faça do conceito é inerentemente política, no sentido em que envolve relações de ordem e poder entre as pessoas.

Muitas vezes, ao tratarmos da alfabetização e seu significado, falamos, de forma disfarçada, mais de outros assuntos do que da própria alfabetização.

Nos países ocidentais desenvolvidos tem acontecido proclamar-se a "crise da alfabetização", como sendo equivalente à declaração de guerra contra o analfabetismo. Tal proclamação é periodicamente característica nesses países. Por exemplo, nos E.U.A., foi realizado um estudo em 1985-86 que incidiu sobre jovens americanos com idades entre 21-25 anos, sob o tema : "alfabetização : perfis dos jovens americanos entre os 21-25 anos" (The National Assessment of Educational Progress. Educational Testing Service). Os inquéritos eram constituídos por questões relacionadas com o trabalho, a escola, a casa, a comunidade e elaboradas de forma bastante simples. Os resultados mostraram que se se excluirmos as pessoas que não falam inglês, a maioria dos jovens é alfabetizada (cerca de 95 % podem fazer uma descrição simples do trabalho que gostariam de realizar, fornecer informações para emprego, etc.).

Contudo, quando se aumenta a complexidade dos questionários a situação muda substancialmente: complexidades tais como produção de uma carta informando que um erro foi cometido num determinado departamento; interpretação de instruções sobre os cuidados ou precauções para seleccionar a mais apropriada para detectar a origem de uma avaria ou um mau funcionamento; desenvolvimento de um texto (poema) contendo um determinado número de alusões sobre um tema dado. Apenas 72 % destes jovens foram capazes de responder positivamente a estes questionários.

Além disso, ocorre um "desequilíbrio" no seio da população como um todo: 78 % dos brancos conseguiram resolver muitos destes questionários complexos, contra apenas 39.9 % dos pretos, 57.4 % dos "hispanicos" (na terminologia americana), 41.4 % dos jovens que não acabaram o ensino médio e 23.4 % dos que nem sequer frequentaram o ensino médio. Verificou-se pelos resultados que os jovens não tinham problemas de "analfabetismo", mas sim um problema de escolarização deficiente. Os estudos efectuados demonstraram que a variável 'educação dos pais, acesso aos materiais da alfabetização' se relaciona intimamente com o aparente sucesso das crianças nas habilidades de leitura e escrita. Na sua história, esta incapacidade das escolas superarem estas diferenças (entre os que tiveram um contacto prévio e os que não o tiveram) tem sido um traço distintivo entre a educação nos Estados Unidos da América e a educação na Grã-Bretanha.

Investigações recentes na Grã-Bretanha mostraram que o sucesso das crianças de 14 anos que estejam a aprender uma língua estrangeira se correlaciona com os "backgrounds" das respectivas famílias (classe social, educação familiar, etc). Não há, portanto, razões para acreditar que o estudo feito nos EUA não tenha resultados similares.

Como é que o estudo realizado na Grã-Bretanha nos pode levar, então, a perceber a "lógica" da "crise da alfabetização" ? O que é que significa exactamente preparação para a alfabetização ?

Nas investigações britânicas estes aspectos foram testados, em parte, através do "teste de conhecimento" ("test of knowledge") administrado a crianças de 5 anos de idade. Este teste ajudou a prever os conhecimentos a adquirir aos 7 e, melhor ainda, aos 10 anos. Foi o teste que esteve mais associado aos "backgrounds" da família. O estudo provou que as crianças que obtinham resultados relativamente elevados tinham familiares que liam mais para si e para os seus filhos.

Nada disto é surpreendente. Estas práticas são a base para o sucesso, não porque signifiquem necessariamente que a criança seja mais inteligente, mas porque são uma espécie de revisão (todos os grupos sociais têm as suas práticas culturais básicas que transmitem às suas crianças).

Os resultados das pesquisas efectuadas (EUA e Grã-Bretanha) mostram que as escolas fazem pouco para dar à maior parte das crianças oriundas da população que não teve um pre-contacto com livros, desenhos, ou outro material em casa, condições para superarem as suas dificuldades iniciais. O que é, então, neste contexto, a "crise da alfabetização"?

Parece, superficialmente, a crise da justiça social pelo facto de se ajudar mais as boas escolas em detrimento das pobres.

Nas escolas públicas dos EUA pagam-se propinas o que significa que numa sociedade com ricos e pobres, o rico desfruta sempre das melhores escolas. Se as escolas pobres não servem a determinadas camadas da população, porque é que a tal crise se encontra na população que é desfavoravelmente servida e não nas instituições que prestam os serviços?

Este é o cerne da questão. Proclamar "crise da alfabetização" situa o problema em camadas específicas da população (individualiza o problema) e não nas instituições que sustentam a hierarquia social e as elites na sociedade. Desde que as escolas sirvam para reproduzir o "status quo" social e tornar mais fortes as elites, pode-se também perguntar

porque é que a "crise da alfabetização" está sendo proclamada nos tempos que correm. A resposta mais comum é que o crescimento de tecnologias sofisticadas requer habilidades cada vez mais desenvolvidas. Contudo, o crescimento das tecnologias "desabilita" as pessoas e exige muito pouco das habilidades de alfabetização, especialmente no que se refere às que são tradicionalmente consideradas pelas escolas.

Nos EUA, a escolha dos jovens entre 21-25 anos como alvos para o inquérito referido deveu-se ao facto destes virem a representar uma percentagem considerável de desempregados na população, o que pode levar à colocação da seguinte pergunta: se estes jovens representam um grande número de desempregados PORQUE têm habilidades reduzidas?

Historicamente as escolas falharam em relação às populações que não pertencem às elites, permitindo deste modo a reprodução da hierarquia social com vantagens para as camadas de elite da sociedade.

Postos estes problemas, voltemos à história da alfabetização, aquela que torna fortes todas as ligações entre alfabetização, valores e políticas. Consideremos, em seguida, um exemplo na história da alfabetização:

A Suécia tornou-se no primeiro país a conseguir uma alfabetização próxima da considerada universal, antes do fim do séc. XVIII. Tal feito deveu-se ao facto da campanha sueca de alfabetização ter sido estimulada pela igreja. O objectivo da alfabetização na Suécia foi a promoção do Cristianismo, que consistiu na promoção do carácter e da cidadania dominados por um estado religioso. Religião e ideologias políticas e sociais foram transmitidas a cada um através do processo de alfabetização.

No que diz respeito às exigências que têm sido feitas à alfabetização no seu sentido tradicional (habilidade para ler e escrever) elas são limitadas.

Exige-se da alfabetização que esta oriente o pensamento lógico, analítico, crítico e racional; o uso genérico e abstracto da linguagem; a distinção entre o mito e a história;

o reconhecimento da importância do tempo e do espaço; os governos modernos e complexos (com separação da igreja e o estado); a democracia política e uma igualdade social; o desenvolvimento económico; a saúde e produtividade; a estabilidade política; a urbanização e a contraceção. É também suposta orientar a população para que se torne inovadora, produtiva, cosmopolita, consciente politicamente, com orientação mais global que local, com atitudes humanas mais liberais e sociais, com menos tendência a cometer crimes...

Podemos observar algumas evidências históricas das exigências colocadas pela alfabetização. Onde estas evidências existem, o papel da alfabetização é sempre mais complexo e contraditório, mais profundamente interligado com outros factores. O mito da alfabetização é, de facto, um dos '*mitos-mestre*' da sociedade actual.

É significativo que o primeiro sinal na luta contra o mito da alfabetização se tenha descoberto depois da invenção do alfabeto. Teve implicações para os milhares de anos que se seguiram. Os gregos inventaram a base para a alfabetização ocidental e Platão foi um dos grandes escritores na cultura ocidental. Foi também o primeiro escritor a criticar a '*escrita pela escrita*'.

Através da escrita, Platão referia-se à deterioração da memória humana e ao conhecimento, plausível e falso. Para Platão cada indivíduo apenas sabe aquilo que pode, de forma reflectida, defender numa situação de diálogo directo.

Para Platão, o verdadeiro conhecimento surge quando alguém faz uma afirmação e outro pergunta: "*O que é que quer dizer?*" A resposta forçará o falante a '*re-dizer*', dizer por outras palavras o que ele quis dizer. Neste processo, o falante '*vê*' mais profundamente o que quer dizer e pode responder na perspectiva da outra voz, do outro ponto de vista.

Há, contudo, um sentido em que o escritor responde à pergunta "*o que é que quer dizer*". Pode ser feito pelo leitor, dizendo por outras, ou por suas próprias palavras até, o

que leu, o que o texto significa. Este é o problema de Platão. O que escreveu é parte do ⁷ que ele tem na mente. É natural que os escritos possam 'viajar' no tempo e no espaço, sem o seu 'autor' (para Platão, seu 'pai') para serem lidos por qualquer pessoa.

Nessa época, Platão foi extraordinário ao fazer a distinção entre 'fala' e 'escrita', entre 'oralidade' e 'alfabetização'. Assim, estendeu as suas críticas aos poetas, particularmente a Homero, o poeta oral mais representativo que precedeu à alfabetização grega. A cultura oral guardava os seus conhecimentos, valores e normas nas suas manifestações épicas orais transmitidas de geração em geração.

Para garantir que esses poemas épicos não se perdessem das memórias e com eles ficassem guardados os conhecimentos e valores culturais, os poemas deveriam ser altamente memorizáveis (deveriam ser bastante dramáticos e ritmados, traços que facilitam a memória humana).

Tais poemas não levantam a questão : *'o que é que querdizer'*.

O ataque profundo de Platão dirigia-se a qualquer forma de linguagem ou pensamento que não colocasse a interrogação. Esta é uma tentativa para desmascarar os poetas, políticos e retóricos, cujos discursos se baseiam em interesses pessoais para a exigência de autoridade ou tradicionalismo e não numa genuína e desinteressada procura da verdade.

Para Platão o uso autêntico da linguagem foi sempre educacional no sentido pleno de projectar aos outros o que é bom, bonito e verdadeiro.

Tudo isto fez de Platão um homem progressivo, educador moderno, defensor de 'aulas abertas' e da aproximação da escrita à fala. A preocupação de Platão sobre a escrita teve um lado escuro, mais político para o futuro da alfabetização. Primeiro, ele acreditava que os seus escritos estariam restritos para si e para os seus seguidores. Segundo, parece não ter escrito para os seus mais sérios adversários. Finalmente, ele construiu nos seus

diálogos vários níveis de significados que enunciavam a sua mensagem apenas para os que estivessem preparados para a entender.

Em Platão podemos encontrar dois lados da alfabetização : *alfabetização* como libertação e *alfabetização* como arma. Ele pretendia não só ter a certeza de que há sempre uma voz subjacente ao 'texto' falado ou escrito que pode responder, 'dialogando', mas também que tal voz não fosse ignorada pelos 'respondentes carentes', ignorantes, preguiçosos.

Foi também através da "problematização" que, agora já nos nossos dias, Paulo Freire revolucionou o conceito de alfabetização, ligando a alfabetização às mudanças sociais por via da conscientização¹.

No contexto de um complexo interrelacionamento nas mudanças da política, cultura e sociedade formou-se um novo elemento essencial na história da alfabetização : a associação da alfabetização a actividades políticas radicais, assim como a um conhecimento útil, um dos muitos factores na elaboração dos trabalhos das aulas de língua.

Como Platão, Freire (1987) acredita que a alfabetização apenas torna mais fortes as pessoas quando se tornam questionadoras activas da realidade social que as rodeia.

O método de ensino freiriano usa palavras e imagens geradas para uma linguagem básica e para encorajar as pessoas a discutir e questionar as condições das suas próprias vidas.

Freire não considera os professores como meros transmissores de conhecimentos / habilidades aos aprendentes, como acontece nos programas da alfabetização funcional²,

¹ *conscientização*: 'processo' através do qual o aprendente deverá ser exposto a algum tipo de explicação sobre aquilo que está a aprender.

² alfabetização com propósito e valor, isto é, relação directa entre o tornar-se alfabetizado e o aumentar a produtividade.

mas sim como facilitadores da percepção, através do diálogo, da origem da opressão, ao mesmo tempo que os aprendentes adquirem as habilidades básicas de saber ler e escrever. Há, pois, um papel diferente que cabe ao professor no sentido de estimular a conscientização dos estudantes através de palavras. Na alfabetização crítica tornar-se alfabetizado faz parte de um processo. Alfabetização parece não uma habilidade discreta para ensinar às pessoas mas parte dum processo de transformação que ajuda essas mesmas pessoas a mudarem as condições de vida.

Freire (op.cit.) constata, com a sua experiência na elaboração de manuais para a campanha nacional de alfabetização em S. Tomé e Príncipe, país onde trabalhou, o facto de alguns são-tomenses "crescerem" gradualmente no que diz respeito à percepção crítica, à medida que o processo de alfabetização vai decorrendo. Freire dizia aos aprendentes que estudar não é fácil porque estudar é criar e recriar e não repetir o que os outros dizem. Também dizia aos aprendentes que a "educação significa desenvolver 'um espírito crítico e criativo e não passivo.'" Assim, continua Freire, 'o principal objectivo ao escrevermos os textos e os exercícios é desafiar-vos a pensar correctamente'.

Todas estas observações tornam a alfabetização mais aberta e mais "livre", ainda mais do que Platão concebera inicialmente .

Freire coloca de novo o problema levantado por Platão : Que certezas têm as pessoas de que, quando lêem (um texto ou palavras) estão a fazê-lo correctamente ?

Para Freire, é muito importante que, quando aprendemos a ler e a escrever, aprendamos também a pensar correctamente. Pensar correctamente é sermos capazes de pensar sobre o nosso trabalho. É sermos capazes de pensar sobre o nosso quotidiano.

Deste modo, os materiais devem garantir que o estudante pense correctamente, isto é, 're-diga' ou interprete o texto e a palavra correctamente.

Por fim, poderíamos dizer que ao contrário do 'mito da alfabetização', *nada* vem antes da alfabetização ou escolarização. Contudo, *muito* surge com o que a alfabetização e a escolarização transportam "embrulhado", nomeadamente *atitudes, valores, normas e crenças*.

O texto escrito no papel ou na alma (Platão) ou no mundo (Freire) é uma arma carregada. O portador dessa arma (pessoa, educador) tem as balas e conhece as consequências. Isto significa que está fora de hipótese haver uma opinião, uma ideologia tão forte como a de Platão ou Freire, sem alfabetização : *a alfabetização não é para tímidos*.

A alfabetização tem a ver com a capacidade de ler alguma coisa. Esta alguma coisa será sempre um texto de qualquer tipo. Diferentes tipos de textos requerem diferentes tipos de conhecimentos e diferentes habilidades para ler significativamente .

Contudo, ninguém aprende a ler textos do tipo Y ou Z, a menos que tenha alguma experiência de como esses textos se podem ler. Tal experiência adquire-se em instituições sociais (escolas, igrejas, bancos,...). A pessoa deve estar socializada para aprender a ler determinado tipo de textos. Nessa prática, evidenciam-se a fala, a interação, o pensamento, a avaliação e a crença, de que a alfabetização não se pode separar. Não se pode retirar a alfabetização de qualquer prática social ou, de outra forma, retirar da alfabetização as partes que não são da alfabetização .

DISCURSO E ALFABETIZAÇÃO

Durante muito tempo, o foco das pesquisas foi a alfabetização, até que, associado ao surgimento de certas disciplinas (linguística, psicolinguística, antropologia, sociologia) começaram a verificar-se algumas mudanças. É assim que se verifica o surgimento de um conjunto de pressupostos e metodologias que vão, de certa forma influenciar a tomada de decisões sobre os currículos dos futuros professores e educadores.

Para Gee (1990) o foco dos estudos sobre a alfabetização não pode centrar-se na linguagem ou na própria alfabetização, como tem acontecido tradicionalmente. A investigação sobre a alfabetização deve estar centrada nas *práticas sociais*.

Muitas discussões sobre alfabetização encontram-se 'acomodadas' nos mesmos termos do mito da alfabetização : 'alfabetização funcional' = habilidades necessárias para o mercado de trabalho actual = economia de mercado = 'o mercado' = 'a economia'. A alfabetização é medida e quantificada como o tempo, o trabalho e o dinheiro.

A alfabetização torna-se 'traduzível' em dinheiro, tempo e trabalho, parte da economia, em que economia não é uma relação entre pessoas, mas sim entre entidades abstractas inanimadas, daí que se encoraje o pensamento do mito da alfabetização e isto pareça natural, inevitável. Para a definição de alfabetização, parece ser necessário observar o significado do termo *linguagem* [gramática (forma, modelo, estrutura); significado; função comunicativa].

Pesquisas feitas sobre a aquisição de língua segunda ou estrangeira, dentro e fora das aulas, mostraram que alguns aprendentes / falantes podem ter uma gramática 'pobre' e serem funcionais na comunicação e socialização, enquanto outros dominam a gramática perfeitamente e apresentam um poder comunicativo muito limitado. Daí, a dissociação entre a forma (gramática) e a função (significado / comunicação). A importância desta separação é infelizmente ignorada em quase todos os materiais da alfabetização.

O que parece ser importante na comunicação não é falar gramaticalmente, mas dizer a coisa certa no momento certo e no lugar certo. O que é importante não é *como* (usa a gramática), mas *o que é que* a pessoa *diz* e *o que faz* enquanto transmite a mensagem. Por outras palavras, o que é importante não é a linguagem (e certamente não é a gramática) mas a combinação de '*dizer / (escrever) - fazer - ser - valorizar - crer*'. É esta combinação que Gee (op.cit.) considera *Discurso* (com letra maiúscula) e que define como "**uma associação das diferentes formas de uso da linguagem, do pensamento, do sentimento, da crença, da avaliação, da actuação aceite socialmente, que pode ser usada para identificar alguém como membro de um grupo socialmente significativo**

ou de uma 'rede social'. *Discurso* completa-se com os costumes, instruções de como agimos, falamos e escrevemos, enfim, como desempenhamos um papel social particular no qual os outros nos reconhecem.

Neste contexto, alfabetização é a mestria de uso do 'segundo discurso'³(literatura, cinema, televisão, computação, telecomunicações,...)

Assim sendo, alfabetização (controlo fluente ou mestria no uso do Discurso) é um produto da aquisição e não da aprendizagem, isto é, requer exposição ao modelo de forma natural, funcional e significativa.

Apesar de se estabelecer uma analogia entre Discurso e Linguagem, os termos são distintos. Pode-se falar uma língua mas não fluentemente. O mesmo não sucede com o Discurso, isto é, ninguém pode "estar dentro do Discurso", se não o fizer completamente. O Discurso tem a ver com a identidade. Muitos estudantes fossilizam num determinado estágio da aprendizagem, antes de falarem fluentemente. Isto não acontece com o Discurso.

Se se tem apenas um controlo parcial do Discurso, não se é membro do Discurso, é-se um aprendiz, um 'pretendente'. Se não se tem acesso a prática, não se pode ter acesso ao Discurso.

Em relação ao 'Discurso Primário'⁴, este é limitado, pois não transporta uma verdadeira atitude crítica; não pode verbalizar as palavras, os actos, os valores, as atitudes.

³ discurso (com 'd' minúsculo) é usado para ligar trechos da língua que façam sentido (conversas, estórias, argumentos) e é parte do Discurso (Gee 1990 : 142).

⁴ Tome-se como Discurso Primário o Discurso inicial usado para assinalar a nossa "incorporação" na nossa comunidade, através da família.

Podemos, em suma, dizer que é uma necessidade indispensável para entender a questão do analfabetismo aceitar que 'ele' é um problema social, devendo ser associado a práticas sociais.

Apesar de em alguns países desenvolvidos (Grã-Bretanha, por exemplo), as campanhas de alfabetização de adultos serem um caso estudado na história 'natural' dos problemas sociais, nota-se uma aparente convergência de interesses dos meandros oficiais e semi-oficiais (rádio, telecomunicações, voluntários e muito dinheiro), para além de comissões de investigação independentes.

Estas condições fizeram com que se registasse uma mudança na influência funcional e no conceito da alfabetização. Enquanto na década de 70 os esquemas da alfabetização tinham como objectivo desenvolver a capacidade de comunicação do estudante, actualmente, os novos programas estão mais relacionados com as exigências actuais do mercado de trabalho e dos empregadores e com a percepção 'oficial' das necessidades dos empregados.

Embora o envolvimento institucional na alfabetização de adultos seja significativo, verifica-se a diminuição das oportunidades para os voluntários.

Nesta perspectiva, ao pretendermos entender a raiz do analfabetismo nas sociedades avançadas, torna-se necessário explorar as ligações com o sistema económico de um estado moderno e industrializado.

Uma concepção característica de alfabetização no mundo contemporâneo apresenta duas ideias fundamentais :(i) a alfabetização é um direito humano, básico e universal (segundo o conceito clássico de 'bom cidadão', de Aristóteles) o que obriga todos os governos a se esforçarem para o garantirem aos seus cidadãos e (ii) a alfabetização é um benefício económico pessoal e colectivo e é, indubitavelmente, bastante valioso em certos contextos políticos e culturais, como por exemplo, os relacionados com bibliotecas, correios, legislação que permita acesso à informação oficial, controlo dos diferentes avisos públicos, etc.

Consideramos que estes princípios são razões suficientes para encorajar as pessoas a envolverem-se mais nesta actividade.

A alfabetização geral da população é normalmente completada pelas escolas, devendo, por essa razão, haver uma ligação estreita entre burocracia e alfabetização, isto é, a alfabetização de massas é a criação de instituições burocráticas e ao mesmo tempo a sua fonte de difusão.

Freire (1972) considera que o camponês do Terceiro Mundo tem sido empobrecido pacífica e espiritualmente pela "cultura do silêncio" que serve politicamente os interesses do poder.

A intuição da alfabetização é uma oportunidade para introduzir no aprendente uma forma de cultura nova e 'esclarecida'. Tal forma de alfabetização permite o diálogo entre o educador e o aprendente, explorando a semelhança linguística existente entre ambos, promovendo uma consciência crítica e uma consciencialização política.

No entanto, Blaug (1966) recusa-se a aceitar o ponto de vista prevalecente de que a alfabetização seja por si só, uma condição suficiente para a transformação das economias de subsistência em economias modernas de mercado. Acrescenta, por outro lado, que o objectivo da campanha da alfabetização funcional é levar o analfabeto para um nível em que ele possa fazer uso adequado do treinamento técnico e vocacional, tanto na indústria, como na agricultura.

Para Hirsh (1977), a alfabetização e a educação, em geral, pertencem ao que tem sido chamado de 'economia posicional', um conceito que se refere à alimentação, serviços e relações sociais, que são intrinsecamente raros. A 'economia posicional' é perfeitamente exemplificada pela inflação que afecta a alfabetização e outros itens no mercado industrial de trabalho. Contudo, as consequências do processo de inflação não afectam apenas os que realmente são analfabetos.

É geralmente aceite que a alfabetização não é neutra: é um procedimento político. É usada pelos governos para legitimar uma nova ordem, como um meio de controlo social, como resposta às necessidades e exigências populares e como resultado das pressões internas de grupos ou da comunidade internacional. Deste modo, a alfabetização pode ser considerada como um bom investimento, em termos de tempo, recursos e outros meios. Governos e povos esperam sempre obter, a partir de investimentos na alfabetização, substanciais retornos em termos de transformações sociais, revitalização da economia e em termos da mobilização dos apoios políticos.

Alfabetização funcional: durante a II Guerra Mundial verificou-se na América, e não só, que parte considerável dos homens chamados para cumprir o serviço militar não eram capazes de ler instruções expressas nos equipamentos militares: eram 'funcionalmente analfabetos'. Apesar de não ter sido (ainda) possível definir alfabetização funcional para todos os contextos, a partir daí, nos E.U.A. e na Grã-Bretanha, as campanhas de alfabetização de adultos definem *alfabetização funcional* como a associação estreita entre as habilidades da alfabetização (ler e escrever) e o trabalho e outras necessidades da vida quotidiana. Neste contexto, a leitura funcional é entendida como a habilidade de ler coisas que são relevantes para o trabalho, dando-se destacada prioridade ao que é realmente indispensável; e a escrita funcional, como sendo a habilidade de comunicar, através da escrita, o que é importante no trabalho ou, de forma mais abrangente, proficiência que permita o acesso aos diferentes empregos ou oportunidades. Quando as intenções de alfabetização são mínimas, como por exemplo, ensinar alguém a ler alguns sinais de trânsito para que possa caminhar na rua e atravessá-la em segurança, estamos perante um processo de alfabetização funcional básica, uma expressão criada por Lopes (1992:21) quando se interroga sobre o conceito de funcionalidade.

A *alfabetização funcional* é também vista como o conjunto de habilidades que as pessoas (alfabetizandos) necessitam para o trabalho e para melhorar o seu nível de vida. Em geral, a *alfabetização funcional* está associada às habilidades que são úteis no dia-a-dia do indivíduo na sua vida (como trabalhador, consumidor, cidadão). Nota-se, por isso, um acentuado contraste entre a "alfabetização funcional" e a "alfabetização tradicional", esta última vista como uma actividade descontextualizada que ocorre entre quatro paredes de uma sala de aulas ou debaixo de um cajueiro.

Como todos os conceitos relacionados com a alfabetização, a alfabetização funcional foi sofrendo 'adaptações' à realidade [na década 70, nos Estados Unidos da América, alfabetização funcional tinha entre outros, os seguintes objectivos:

- a) capacitar as pessoas para gerirem as economias das famílias;
- b) desenvolver um nível de conhecimento ocupacional que permitisse aos adultos empregar-se de acordo com as suas necessidades e interesses;
- c) a nível da saúde, ampliar as possibilidades de escolha (de médicos, de tratamento); promover uma compreensão do funcionamento das leis e do governo; (...)].

Não é possível, portanto, definir alfabetização funcional que seja apropriada a todos os contextos.

Claro que, dependendo dos governos e das agências envolvidas, a alfabetização pode ser funcional de diferentes formas. Os governos revolucionários, por exemplo, podem iniciar uma campanha nacional de alfabetização como forma de pretender unir o povo e construir uma identidade individual e nacional novas.

No entanto, o número de críticos da alfabetização funcional tem crescido em virtude de considerarem que (1) a alfabetização funcional não transmite as habilidades críticas necessárias para tornar os aprendentes e suas comunidades mais "donos dos seus destinos"; (2) a alfabetização funcional considera as estatísticas apenas, sem ter em conta o que, por exemplo, a alfabetização actualmente significa para as pessoas nela envolvidas; (3) a alfabetização coloca o enfoque nas deficiências do indivíduo, isto é, o

indivíduo é visto como um doente que tem problemas que podem ser curados pela alfabetização. As evidências das investigações mostram que a alfabetização, por si, não conduz, significativamente à melhoria de vida das pessoas.

Alfabetização crítica: um número cada vez mais crescente de críticos na alfabetização debruçam-se sobre o papel central do poder. Apontam a importância das relações do poder nos programas da alfabetização, entre aprendentes e professores, e a forma como os povos se tornam mais fortes por meio da alfabetização. Essas vozes advogam que a alfabetização crítica envolve, convenientemente, as pessoas como agentes activos da mudança das suas próprias vidas e da das suas comunidades. Muitas das ideias em torno da alfabetização crítica foram extraídas do trabalho de Paulo Freire, que associa directamente a alfabetização à tomada de poder dos povos oprimidos, à sua capacidade de acelerar a mudança tecnológica, à transformação das estruturas de opressão.



ALFABETIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Desde 1960 que a erradicação do analfabetismo foi tornada uma meta, a médio prazo, que se pensava poder cumprir no mundo. Tal esperança não passou da pretensão. Há, pelo menos, um bilião de analfabetos só no Terceiro Mundo e a maioria, mulheres. De entre outras, as principais razões do fracasso residem no seguinte:

- crise económica global;
- a aceitação da 'cultura do declínio' (desistências nas escolas; 'invasão'/aumento dos consumidores de droga nas escolas,...);
- o declínio dos padrões morais.

Apesar disso, os programas de alfabetização têm-se tornado particularmente importantes nas mudanças políticas, por causa das suas implicações multi-sectoriais para qualquer programa de desenvolvimento.

Os programas de alfabetização não devem ser apoiados como um *fim* em si mas, fundamentalmente como um *meio* para o alívio da pobreza, o aumento da produção, a

boa governação, o desenvolvimento sustentável do homem, do meio ambiente, das actividades agrícolas, etc.

No âmbito do desenvolvimento humano, a promoção da saúde e os 'filhos por opção' constituem objectivos em relação aos quais a alfabetização desempenha um papel de relevo. O mesmo sucede em relação à mulher, nos programas integrados de desenvolvimento, em que a alfabetização pode ser um elemento-chave para a participação feminina nas áreas social, económica, legal e política do processo de desenvolvimento.

O que presentemente acontece relativamente a alguns programas de alfabetização é a dificuldade que se nota na (i) definição do tipo de 'alfabetização' a adoptar; (ii) meta(s) que se persegue(m); (iii) língua (1ª ou 2ª) que se deve usar.

Esta situação reflecte a actual falta de consenso internacional relativamente ao conceito e à natureza da alfabetização e às estratégias de implementação mais apropriadas.

Em Moçambique, por exemplo, definiu-se em 1975 alfabetização como "um meio para libertar a iniciativa criadora do Povo Moçambicano, um meio para as massas populares usarem a sua própria energia... para a sua completa independência e para a reconstrução Nacional"⁵.

Nessa altura, o índice de analfabetismo rondava os 93 % e em 1980, de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População, o índice tinha diminuído para 72 %⁶.

Esta redução deveu-se aos esforços feitos na alfabetização de adultos e, principalmente, à expansão da educação primária. Durante este período, foram alfabetizados 140.000 pessoas⁷ e uma das características da alfabetização de adultos

⁵ Objectivos da Alfabetização, Ribaué, 1975.

⁶ Direcção Nacional de Estatística.

⁷ Agneta Lind (1985).

(feita em campanhas) foi a mobilização política para a campanha, envolvendo milhares de voluntários e com os grupos-alvo seleccionados (empregados industriais, agricultores, membros do Partido, Organizações Democráticas de Massas e cooperativas). Os objectivos, eminentemente políticos e ideológicos, estavam orientados para a consolidação da unidade nacional, o alargamento do uso do português como instrumento de unidade, de consciencialização da linha política socialista da Frelimo, aumentando a participação na construção da nova sociedade e finalmente contribuindo para a criação do *homem novo* socialista.

A partir de 1981 os problemas económicos, a seca e a guerra tornaram-se, entre outros não menos importantes, factores muito fortes de desmotivação das pessoas, de alguns organismos e instituições que se tinham envolvido no processo da alfabetização, o que provocou uma clara tendência de declínio na participação.

Recentemente, a tendência tem sido referir-se, não à noção de alfabetização propriamente dita, mas à de alfabetização bilingue⁸.

A extensão, ou melhor, o alcance do significado das várias definições do termo alfabetização, como vimos, é considerável.

Contudo, Lopes (1992) não crê que seja legítimo equiparar alfabetização com aquisição de conhecimentos literários nem com inteligência, uma polémica alimentada por educadores num passado não muito distante. E argumenta : "mesmo aceitando que a definição de alfabetização implique as habilidades de saber ler e escrever, fica por esclarecer, ainda, que qualidades o indivíduo necessita para que a sociedade o considere como indivíduo 'alfabetizado'. Será 'alfabetizado' aquele que for capaz de ler os sinais rodoviários e os anúncios públicos? Será 'alfabetizado' aquele que for capaz de ler o jornal 'Notícias', o 'Diário de Moçambique' ou a revista 'Tempo' ? Será propósito da alfabetização capacitar alguém para ler 'Zabela', uma publicação recente numa das línguas Bantu de Moçambique ? Ou deverá ser considerado suficiente habilitar alguém

⁸ Documento Final do Seminário sobre Educação Bilingue, INDE, Maputo 1989.

Projecto de Investigação : "Um Programa Bilingue de Alfabetização e Educação de Mulheres".
Seminário sobre Investigação Educacional. INDE, Maputo, 1991.

com capacidade de escrever cartas a familiares e amigos, ou apenas com a capacidade de escrever o seu nome, endereço, data de nascimento e profissão para obter o seu bilhete de identidade ?"⁹

O conceito de alfabetização tem demonstrado claramente a importância da leitura e da escrita requerida pela sociedade para considerar um indivíduo 'alfabetizado'. A realidade e o tempo determinam, posteriormente, os reajustes para incluir as habilidades que permitam lidar com números ou outras questões, como componentes da alfabetização. Esta é uma das razões que levou Lopes (op.cit.) a considerar "a alfabetização como uma noção abrangente que incorpora tanto o que, tradicionalmente, foi rotulado de educação de adultos como a educação normal das crianças seguida nas escolas".¹⁰ O tipo de habilidades requeridas depende da maneira como os indivíduos 'alfabetizados' vão utilizá-las para contribuírem para as comunidades a que pertencem. Nestes casos, a definição de alfabetização tem de ter em conta as funções (da alfabetização) associadas às necessidades da sociedade.

A noção de alfabetização tem sido, infelizmente, definida como um meio e não como um fim em si. É o caso, por exemplo da utilização da alfabetização para fins políticos.

Pensa-se que, se o indivíduo for alfabetizado na sua língua materna em primeiro lugar e, posteriormente, na língua oficial, esta transferência vai 'acelerar' o processo na língua segunda. É nesta premissa que os projectos e programas da 'alfabetização bilingue'

⁹ "But even if we accept the definition that being literate implies an ability to read and write we are still left unclear about how literate one needs to be qualify in a given society as being 'literate'.

Is a literate person someone who can read street signs and public notices (basic functional literacy)?

Is a literate person someone who can read the daily newspaper "Notícias" and "Diário de Moçambique" or the weekly "Tempo" magazine?

Is it a goal of literacy to make someone able to read "Zabela", a novel published in one of the Bantu languages of Mozambique? Do we intend that individuals should be able to write letters to their relatives and friends, or to write one's name, address, date of birth and profession for the purpose of obtaining an identity card would be considered as sufficient? (pag. 20-21)

A tradução para o Português é da minha inteira responsabilidade.

¹⁰ "...literate as an umbrella notion which incorporates both what traditionally has been labelled as adult education and the normal mainline education", (pag. 22)

A tradução para o Português é da minha inteira responsabilidade.

estão baseados. Contudo, Lopes (op.cit.) considera que as noções de *bilinguismo* e de *alfabetização*, embora se entrelacem, são distintas e independentes. Os indivíduos que sabem ler e/ou escrever em duas línguas podem ser '*bi-alfabetizados*' e podem ser ou não bilingues. Se se considerar o contrário, também é válido: os indivíduos que sabem comunicar-se oralmente, com fluência, em duas línguas são bilingues; todavia pode acontecer serem profundamente '*alfabetizados*' na sua língua materna mas apenas serem funcionalmente alfabetizados na segunda língua quando a sua habilidade para ler e escrever nessa língua esteja abaixo do nível '*normado*' para o nível de cultura individual e social.

Esta questão (a de "*bi-alfabetização*") foi recentemente debatida em seminário¹¹. Os objectivos, definidos como específicos na altura, foram: (i) empregar professores com um "*background*" linguístico e culturalmente similar ao dos estudantes que permitisse aos primeiros usar efectivamente tanto a língua dos estudantes como o conhecimento dos seus "*backgrounds*" na leccionação para uma maior exigência; (ii) avaliar a natureza das necessidades da comunidade e continuar a controlar qualquer mudança nas necessidades (por exemplo ao nível da linguagem ou da própria forma de alfabetizar); (iii) trabalhar estreitamente com outros projectos em que se use a própria língua dos estudantes; (iv) capacitar os professores para se consultarem entre si e encorajar a consulta com os estudantes e outros membros da comunidade para desenvolver metodologias de ensino bilingue; (v) produzir material apropriado para o ensino bilingue; (vi) desenvolver novas oportunidades no sistema de educação; (vii) desenvolver um novo estilo na alfabetização.

Embora existam aulas ministradas de forma bilingue, elas são dadas pelos professores de forma isolada, com pouquíssimas oportunidades de trabalharem em conjunto para desenvolverem metodologias apropriadas.

Outra forma de integrar a alfabetização no desenvolvimento é, sem dúvida, a de começar a estudar exactamente as vidas das comunidades, por si sós, sem envolver

¹¹ Lucero, Monica (1994). Problems of bi-literacy. In Dunford Seminar Report, por Randal Holmes (ed.)

soluções tecnológicas. Os apologistas deste princípio começam por reconhecer que as comunidades pobres também têm conhecimentos profundos e ricos de vivência. O que se pretende, pois, são técnicas que possibilitem aos 'não-letrados' descrever as suas realidades (a visualização pode ajudar na participação - através da construção de mapas, de matrizes, de calendários). Esta construção de mapas e matrizes envolve discussão e diálogo, pois as questões estão directamente relacionadas com a vida dos participantes.

Este método implica que os aprendentes tenham de trabalhar colectiva e activamente para produzirem "com caneta e papel". Cada um dos alfabetizandos copia o resultado do trabalho e usa esse produto em casa e discute com outras pessoas, fora da sala, coisas relacionadas com o seu próprio meio. A alfabetização é, nestes moldes, uma boa fonte para se estabelecerem prioridades e fazerem-se exigências. É possível, com base neste método, desenvolverem-se programas relacionados com a saúde e a agricultura, conhecendo-se, à partida, as prioridades. Há exemplos da utilização deste método no Uganda, Bangladesh, El Salvador, só para citar alguns casos, cujos resultados são encorajadores..

CONCLUSÃO

Nesta última parte do nosso ensaio vamos referir, de forma sumária, as questões que foram tratadas ao longo do trabalho e que julgamos pertinentes reter:

- Alfabetização na acepção "tradicional" do termo definia-se como *a habilidade para ler e escrever*. Nessa época a alfabetização estava mais centrada no indivíduo do que na sociedade.

Crise da alfabetização é equivalente a uma declaração de guerra contra o analfabetismo; na prática é uma forma de reflectir as diferenças existentes entre os ricos e os pobres, no que diz respeito às condições dos serviços de educação prestados (os ricos vão desfrutar sempre das melhores escolas, isto é, o problema é sempre localizado nas camadas da população pobre).

- Platão definiu alfabetização de duas formas : (a) *como libertação*; (b) *como arma*. Foi o primeiro escritor, um acérrimo crítico aos poetas 'orais', um homem progressivo, educador moderno e defensor das "aulas abertas". Para Platão o uso autêntico da linguagem devia projectar aos outros o que é bom, bonito e verdadeiro.

- Freire introduz, não só um novo conceito de alfabetização, como também impulsiona a mudança da metodologia e das mentalidades tanto dos professores como dos aprendentes (alfabetizandos). Prioriza o diálogo incessante entre o(s) professor(es) e os alfabetizandos e estes entre si, de forma a tornar os estudantes "perguntadores" sobre a realidade que os rodeia de tal modo que esse exercício os ajude a mudarem as suas condições de vida.

- James Gee considera a relação entre a alfabetização e as práticas sociais (formas de uso da linguagem, do pensamento, do sentimento, da crença,...) uma relação indissociável. Define a alfabetização como *a mestria do uso do segundo Discurso* e como *um produto da aquisição e não da aprendizagem*.

- Alfabetização funcional pode ser definida de várias formas. Uma delas é que a alfabetização funcional *é uma associação estreita entre as habilidades da alfabetização (ler e escrever) e o trabalho e outras necessidades da vida quotidiana.*

Lopes introduz o conceito de '*alfabetização funcional básica*' como limite mínimo do processo de alfabetização.

- Alfabetização crítica - definida como aquela em que há um envolvimento das pessoas como agentes activos da mudança das suas próprias vidas e da das suas comunidades.

- Alfabetização bilingue - é considerada alfabetização bilingue aquela em que um indivíduo é alfabetizado, primeiro na sua língua materna e, posteriormente, numa língua segunda.

- "Bi-Alfabetização" - pode ser definida em relação à situação em que há indivíduos que saibam ler e escrever em duas línguas e que não sejam bilingues (ou indivíduos que se comunicam oralmente com fluência em duas línguas, isto é, bilingues, que se mostrem apenas funcionalmente alfabetizados na segunda língua).

Lopes afirma que neste mundo moderno de maior consciencialização e reivindicação cultural e de desenvolvimento tecnológico, o indivíduo deve cada vez mais ser "bi-alfabetizado".

BIBLIOGRAFIA

ALFORD, Margareth Ruth (compil.) Educação Bilingue Bi-cultural. SIC. 1981.

BARTON, David. Language and Education. Vol. 8: 1 & 2. 1994.

BENSON, Carolyn Joy. Teaching Begining Literacy in The "Mother Tongue". A study of the experimental crioulo/portuguese primary project in Guinea-Bissau. 1994.

BLAUG, Mark. "Literacy and Economic Development". In The School Review, 74, 4. 1996.

COURTAULT, Michel. Pour Une Alphabetisation Au Service Du Developpement Rural: Le cas du Mozambique. Tours. 1989.

FREIRE, Paulo, MACEDO, Donaldo. Literacy: Reading the Word and the World. Hadley. Mass.: Bergin and Garvey. 1987.

FREIRE, Paulo. The Pedagogy of the Oppressed. London. Pequin. 1972.

GEE, James Paul. Social Linguistics and Literacies. Ideology in Discourses. The Falmer Press. UK / USA. 1990.

HIRSH, Fred. Social Limits to Growth London, Routledge & Kegan Paul. 1977.

HOLME, Randal (ed). Dunford Seminar Report 1994. The British Council. England. Crown Press. 1994.

LEVINE, Kenneth. The Social Context of Literacies. London . Routledge & Kegan Paul. 1986.

LIND, Agneta. O Desafio da Alfabetização: avaliação global das 2ª, 3ª e 4ª Campanhas de Alfabetização em Moçambique (1980 - 1982). 1985.

LOPES, Armando Jorge. *“Considerations on Literacy in the Promotion of Effective Learning and Use of African Languages”*. In Lopes (1992).

LOPES, Armando Jorge (ed.). Proceedings of the Third Lasu Conference / Workshop. Maputo. UEM Press. 1992

MALMQUIST, Eve (ed.). Women and Literacy Development in The Third World. 1st published. Linköjang University Department of Education and Psichology in Cooperation with UNESCO and SIDA.1992.

CURRICULUM VITAE
DE
LATIFO, MUSSAGY ABDUL

1. IDENTIFICAÇÃO

- **Nome:** Mussagy Abdul Latifo
- **Filiação:** Abdul Latifo e Gulssumo M. Agy Sacugy
- **Naturalidade:** Ilha de Moçambique, Nampula
- **Data de nascimento:** 26 de Fevereiro de 1962
- **Estado Civil:** Casado
- **Residência:** Av. Vladimir Lenine, nº 691, 4º Andar Apartamento 5
- **Profissão:** Professor
- **Bilhete de Identidade:** 10 31569

2. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS:

2.1 Formação Regular

- 1993 - "Bacharelato" em Linguística - U.E.M.
- 1982 - Curso de Formação de Professores de Português para a 7ª, 8ª e 9ª Classes - Faculdade de Educação - U.E.M.
- 1980 - Curso Básico de Contabilidade - Escola Industrial e Comercial 3 de Fevereiro - Nampula
- 1976 - Ciclo Preparatório - 2º ano - Escola Técnica Neutel de Abreu - Nampula
- 1974 - Ensino Primário - 4ª Classe - Escola Primária Luis de Camões - Ilha de Moçambique

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

3.1 Como Professor de Português:

- 1982 - Escola Secundária da Polana - Maputo
- 83/87 - Escolas Moçambicanas na República de Cuba
- 87/96 - Escola Secundária Francisco Manyanga
- 92/93 - Escola Nacional da Aeronáutica Civil
- 94/96 - Colégio Kitabu

3.2 Outras Informações:

- 1988 - Participação nos trabalhos para a elaboração do material da disciplina de Português para o Sistema Nacional de Educação (a convite do INDE).
- 1989 - Participação na orientação do Curso de Reciclagem e Capacitação de Professores para a leccionação da Língua Portuguesa no SNE.
- 90/91 - Assessoria pedagógica ao curso de Higiene e Segurança no Trabalho no Ministério de Construção e Águas ministrado na zona da Machava.
- 1991 - Participação na 3ª Conferência da LASU (Linguistics Association for SADCC Universities).
- 1993 - Participação no Curso de Formação e Investigação em Ciências Sociais (U.E.M.), Maputo.

Maputo, Maio de 1996.